

ESTÉTICA DA
CRIAÇÃO VERBAL

Mikhail Bakhtin

Introdução

PAULO BEZERRA

Prefácio à edição francesa

TZVETAN TODOROV

Tradução do russo

PAULO BEZERRA

Livre-docente em literatura russa pela USP, professor de Teoria
da literatura na Universidade Federal Fluminense

Martins Fontes

São Paulo 2006

ÍNDICE

*Esta obra foi publicada originalmente em russo com o título
ESTETIKA SLOVIÉNSNOVA TVÓRTCHESTVA.
Copyright © by Edições Iskustvo, Moscou, 1979.
Copyright © 1992 e 2003, Livraria Martins Fontes Editora Ltda.,
São Paulo, para a presente edição.*

1ª edição 1992
4ª edição 2003
(nova tradução a partir do russo)
2ª tiragem 2006

Tradução
PAULO BEZERRA

Acompanhamento editorial

Ivete Batista dos Santos

Revisões gráficas

Maria Luíza Favret

Ivete Batista dos Santos

Dinarte Zorzanelli da Silva

Produção gráfica

Geraldo Alves

Paginação/Fotolitos

Studio 3 Desenvolvimento Editorial

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Bakhtin, Mikhail

Estética da criação verbal / Mikhail Bakhtin ; introdução e tradução do russo Paulo Bezerra ; prefácio à edição francesa Tzvetan Todorov. – 4ª ed. – São Paulo : Martins Fontes, 2003. – (Coleção biblioteca universal)

Título original: Estetika Sloviénsnova Tvórtchestva.
ISBN 85-336-1807-7

I. Literatura – Estética 2. Literatura – História e crítica I. Bezerra, Paulo. II. Todorov, Tzvetan. III. Título. IV. Série.

03-3855

CDD-809

Índices para catálogo sistemático:

1. Literatura : História e crítica 809

*Todos os direitos desta edição para o Brasil reservados à
Livraria Martins Fontes Editora Ltda.
Rua Conselheiro Ramalho, 330 01325-000 São Paulo SP Brasil
Tel. (11) 3241.3677 Fax (11) 3105.6993
e-mail: info@martinsfontes.com.br http://www.martinsfontes.com.br*

| | |
|---|--------|
| <i>Introdução</i> | IX |
| <i>Prefácio à edição francesa</i> | XIII |
| <i>Arte e responsabilidade</i> | XXXIII |

O AUTOR E A PERSONAGEM NA ATIVIDADE ESTÉTICA

| | |
|---|----|
| CAPÍTULO I <i>O autor e a personagem</i> | 3 |
| CAPÍTULO II A forma espacial da personagem | 21 |
| 1. O excedente da visão estética | 21 |
| 2. A imagem externa | 25 |
| 3. O vivenciamento das fronteiras externas do homem | 34 |
| 4. A imagem externa da ação | 39 |
| 5. O corpo como valor: o corpo interior | 44 |
| 6. O corpo exterior | 56 |
| 7. O todo espacial da personagem e do seu mundo. Teoria do “horizonte” e do “ambiente” | 84 |
| CAPÍTULO III O todo temporal da personagem (A questão do homem interior – da alma) | 91 |
| 1. A personagem e sua integridade na obra de arte . | 91 |
| 2. A relação volitivo-emocional com a determinada | |

| | |
|--|------------|
| de interior do homem. O problema da morte (da morte por dentro e da morte por fora) | 93 |
| 3. O ritmo | 102 |
| 4. A alma | 120 |
| CAPÍTULO IV O todo semântico da personagem | 127 |
| 1. O ato e o auto-informe-confissão | 128 |
| 2. A autobiografia e a biografia | 138 |
| 3. A personagem lírica e o autor | 153 |
| 4. O caráter como interação personagem-autor . . | 158 |
| 5. O tipo como forma de interação personagem- autor | 167 |
| 6. A hagiografia | 169 |
| CAPÍTULO V O problema do autor | 173 |
| 1. O problema da personagem | 173 |
| 2. O conteúdo, a forma, o material | 177 |
| 3. A substituição do contexto axiológico do autor pelo contexto literário do material | 180 |
| 4. A tradição e o estilo | 186 |

A RESPEITO DE PROBLEMAS DA OBRA DE DOSTOIÉVSKI

| | |
|---|-----|
| Prefácio | 195 |
| 1. As funções do enredo e da aventura nas obras de Dostoiévski | 196 |
| 2. Acerca do capítulo "O diálogo em Dostoiévski" . | 199 |

**O ROMANCE DE EDUCAÇÃO E SUA IMPORTÂNCIA
NA HISTÓRIA DO REALISMO**

| | |
|--|------------|
| CAPÍTULO I Tipologia histórica do romance | 205 |
| 1. O romance de viagens | 205 |
| 2. O romance de provação | 207 |
| 3. O romance biográfico | 213 |
| CAPÍTULO II O problema do romance de educação | 217 |
| CAPÍTULO III O tempo e o espaço nas obras de Goethe | 225 |

ADENDO

| | |
|--|------------|
| Os gêneros do discurso | 261 |
| 1. O problema e sua definição | 261 |
| 2. O enunciado como unidade da comunicação dis- cursiva. Diferença entre essa unidade e as unida- des da língua (palavras e orações) | 270 |
| O problema do texto na lingüística, na filologia e em outras ciências humanas | 307 |
| Uma experiência de análise filosófica | 307 |
| Reformulação do livro sobre Dostoiévski | 337 |
| Os estudos literários hoje | 359 |
| Apontamentos de 1970-1971 | 367 |
| Metodologia das ciências humanas | 393 |
| Conferências sobre história da literatura russa | 411 |
| Viatcheslav Ivánov | 411 |
| Peculiaridades formais da poesia de Viatcheslav Ivánov | 414 |
| <i>Notas</i> | 423 |
| <i>Índice remissivo</i> | 469 |

OS GÊNEROS DO DISCURSO

1. O PROBLEMA E SUA DEFINIÇÃO

Todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem. Compreende-se perfeitamente que o caráter e as formas desse uso sejam tão multiformes quanto os campos da atividade humana, o que, é claro, não contradiz a unidade nacional de uma língua. O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados* (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana. Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua mas, acima de tudo, por sua construção composicional. Todos esses três ele-

▼

* Bakhtin emprega o termo *viskázivanie*, derivado do infinitivo *viskázivat*, que significa ato de enunciar, de exprimir, transmitir pensamentos, sentimentos, etc. em palavras. O próprio autor situa *viskázivanie* no campo da parole saussuriana. Em *Marxismo e filosofia da linguagem* (Hucitec, São Paulo), o mesmo termo aparece traduzido como "enunciação" e "enunciado". Mas Bakhtin não faz distinção entre enunciado e enunciação, ou melhor, emprega o termo *viskázivanie* quer para o ato de produção do discurso oral, quer para o discurso escrito, o discurso da cultura, um romance já publicado e absorvido por uma cultura, etc. Por essa razão, resolvemos não desdobrar o termo (já que o próprio autor não o fez!) e traduzir *viskázivanie* por enunciado. (N. do T.)

mentos – o conteúdo temático, o estilo, a construção composicional – estão indissolúvelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação. Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, os quais denominamos *gêneros do discurso*.

A riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana e porque em cada campo dessa atividade é integral o repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que se desenvolve e se complexifica um determinado campo. Cabe salientar em especial a extrema heterogeneidade dos gêneros do discurso (orais e escritos), nos quais devemos incluir as breves réplicas do diálogo do cotidiano (saliente-se que a diversidade das modalidades de diálogo cotidiano é extraordinariamente grande em função do seu tema, da situação e da composição dos participantes), o relato do dia-a-dia, a carta (em todas as suas diversas formas), o comando militar lacônico padronizado, a ordem desdobrada e detalhada, o repertório bastante variado (padronizado na maioria dos casos) dos documentos oficiais e o diversificado universo das manifestações publicísticas (no amplo sentido do termo: sociais, políticas); mas aí também devemos incluir as variadas formas das manifestações científicas e todos os gêneros literários (do provérbio ao romance de muitos volumes). Pode parecer que a heterogeneidade dos gêneros discursivos é tão grande que não há nem pode haver um plano único para o seu estudo: porque, neste caso, em um plano do estudo aparecem fenômenos sumamente heterogêneos, como as réplicas monovocais do dia-a-dia e o romance de muitos volumes, a ordem militar padronizada e até obrigatória por sua entonação e uma obra lírica profundamente individual, etc. A heterogeneidade funcional, como se pode pensar, torna os traços gerais dos gêneros discursivos demasiadamente abstratos e vazios. A isto provavelmente se deve o fato de que a questão geral dos gêneros discursivos nunca foi verdadeiramente colocada. Estudavam-se – e mais que tudo – os gêneros literários. Mas da Antiguidade aos nossos dias eles foram estudados num corte da sua especificidade artístico-literária, nas distinções diferenciais entre eles (no âmbito da literatura) e não como determinados tipos de enunciados, que são di-

ferentes de outros tipos mas têm com estes uma natureza *verbal* (lingüística) comum. Quase não se levava em conta a questão lingüística geral do enunciado e dos seus tipos. Começando pela Antiguidade, estudavam-se os *gêneros retóricos* (demais, as épocas subseqüentes pouco acrescentaram à teoria antiga); aí já se dava mais atenção à natureza verbal desses gêneros como enunciados, a tais momentos, por exemplo, como a relação com o ouvinte e sua influência sobre o enunciado, sobre a conclusibilidade verbal específica do enunciado (à diferença da conclusibilidade do pensamento), etc. Ainda assim, também aí a especificidade dos gêneros retóricos (jurídicos, políticos) encobria a sua natureza lingüística geral. Estudavam-se, por último, também *os gêneros discursivos do cotidiano* (predominantemente as réplicas do diálogo cotidiano) e, ademais, precisamente do ponto de vista da lingüística geral (na escola de Saussure¹, em seus adeptos modernos – os estruturalistas, nos behavioristas americanos² e, em bases lingüísticas totalmente distintas, nos seguidores de Vossler³). Contudo, esse estudo também não podia redundar em uma definição correta da natureza universalmente lingüística do enunciado, uma vez que estava restrito à especificidade do discurso oral do dia-a-dia, por vezes orientando-se diretamente em enunciados deliberadamente primitivos (os behavioristas americanos).

Não se deve, de modo algum, minimizar a extrema heterogeneidade dos gêneros discursivos e a dificuldade daí advinda de definir a natureza geral do enunciado. Aqui é de especial importância atentar para a diferença essencial entre os gêneros discursivos primários (simples) e secundários (complexos) – não se trata de uma diferença funcional. Os gêneros discursivos secundários (complexos – romances, dramas, pesquisas científicas de toda espécie, os grandes gêneros publicísticos, etc.) surgem nas condições de um convívio cultural mais complexo e relativamente muito desenvolvido e organizado (predominantemente o escrito) – artístico, científico, sociopolítico, etc. No processo de sua formação eles incorporam e reelaboram diversos gêneros primários (simples), que se formaram nas condições da comunicação discursiva imediata. Esses gêneros primários, que integram os complexos, aí se transformam e adquirem um caráter especial: perdem o vínculo imediato com a realidade concreta e os enunciados reais alheios: por exemplo, a réplica do diálogo cotidiano ou da carta no romance, ao manterem a sua forma e

o significado cotidiano apenas no plano do conteúdo romanesco, integram a realidade concreta apenas através do conjunto do romance, ou seja, como acontecimento artístico-literário e não da vida cotidiana. No seu conjunto o romance é um enunciado, como a réplica do diálogo cotidiano ou uma carta privada (ele tem a mesma natureza dessas duas), mas à diferença deles é um enunciado secundário (complexo).

A diferença entre os gêneros primário e secundário (ideológicos) é extremamente grande e essencial, e é por isso mesmo que a natureza do enunciado deve ser descoberta e definida por meio da análise de ambas as modalidades; apenas sob essa condição a definição pode vir a ser adequada à natureza complexa e profunda do enunciado (e abranger as suas facetas mais importantes); a orientação unilateral centrada nos gêneros primários redundaria fatalmente na vulgarização de todo o problema (o behaviorismo lingüístico é o grau extremado de tal vulgarização). A própria relação mútua dos gêneros primários e secundários e o processo de formação histórica dos últimos lançam luz sobre a natureza do enunciado (e antes de tudo sobre o complexo problema da relação de reciprocidade entre linguagem e ideologia).

O estudo da natureza do enunciado e da diversidade de formas de gênero dos enunciados nos diversos campos da atividade humana é de enorme importância para quase todos os campos da lingüística e da filologia. Porque todo trabalho de investigação de um material lingüístico concreto – seja de história da língua, de gramática normativa, de confecção de toda espécie de dicionários ou de estilística da língua, etc. – opera inevitavelmente com enunciados concretos (escritos e orais) relacionados a diferentes campos da atividade humana e da comunicação – anais, tratados, textos de leis, documentos de escritório e outros, diversos gêneros literários, científicos, publicísticos, cartas oficiais e comuns, réplicas do diálogo cotidiano (em todas as suas diversas modalidades), etc. de onde os pesquisadores haurem os fatos lingüísticos de que necessitam. Aachamos que em qualquer corrente especial de estudo faz-se necessária uma noção precisa da natureza do enunciado em geral e das particularidades dos diversos tipos de enunciados (primários e secundários), isto é, dos diversos gêneros do discurso. O desconhecimento da natureza do enunciado e a relação diferente com as peculiaridades

das diversidades de gênero do discurso em qualquer campo da investigação lingüística redundam em formalismo e em uma abstração exagerada, deformam a historicidade da investigação, debilitam as relações da língua com a vida. Ora, a língua passa a integrar a vida através de enunciados concretos (que a realizam); é igualmente através de enunciados concretos que a vida entra na língua. O enunciado é um núcleo problemático de importância excepcional. Examinemos nesse corte alguns campos e problemas da lingüística.

Tratemos em primeiro lugar da estilística. Todo estilo está indissoluvelmente ligado ao enunciado e às formas típicas de enunciados, ou seja, aos gêneros do discurso. Todo enunciado – oral e escrito, primário e secundário e também em qualquer campo da comunicação discursiva (*rietchevóie obschênie*)* – é individual e por isso pode refletir a individualidade do falante (ou de quem escreve), isto é, pode ter estilo individual. Entretanto, nem todos os gêneros são igualmente propícios a tal reflexo da individualidade do falante na linguagem do enunciado, ou seja, ao estilo individual. Os gêneros mais favoráveis da literatura de ficção: aqui o estilo individual integra diretamente o próprio edifício do enunciado, é um de seus objetivos principais (contudo, no âmbito da literatura de ficção os diferentes gêneros são diferentes possibilidades para a expressão da individualidade da linguagem através de diferentes aspectos da individualidade). As condições menos propícias para o reflexo da individualidade na linguagem estão presentes naqueles gêneros do discurso que requerem uma forma padronizada, por exemplo, em muitas modalidades de documentos oficiais, de ordens militares, nos sinais verbalizados da produção, etc. Aqui podem refletir-se não só os aspectos mais superficiais, quase biológicos da individualidade (e ainda assim predominantemente na realização oral dos enunciados desses tipos padronizados). Na imensa maioria dos gêneros discursivos (exceto nos artístico-literários), o estilo individual não faz parte do plano

▼
* *Obschênie*, substantivo neutro, é comunicação, *rietchevóie* é derivação de *rietch*, que é discurso, fala, em alguns aspectos linguagem, mas aqui, na acepção bakhtiniana, é discurso, daí traduziremos *rietchevói* como “discursivo” e *rietchevóie obschênie* como comunicação discursiva, porque é esse o sentido do pensamento de Bakhtin. (N. do T.)

do enunciado, não serve como um objetivo seu mas é, por assim dizer, um epifenômeno do enunciado, seu produto complementar. Em diferentes gêneros podem revelar-se diferentes camadas e aspectos de uma personalidade individual, o estilo individual pode encontrar-se em diversas relações de reciprocidade com a língua nacional. A própria questão da língua nacional na linguagem individual é, em seus fundamentos, o problema do enunciado (porque só nele, no enunciado, a língua nacional se materializa na forma individual). A própria definição de estilo em geral e de estilo individual em particular exige um estudo mais profundo tanto da natureza do enunciado quanto da diversidade de gêneros discursivos.

A relação orgânica e indissolúvel do estilo com o gênero se revela nitidamente também na questão dos estilos de linguagem ou funcionais. No fundo, os estilos de linguagem ou funcionais não são outra coisa senão estilos de gênero de determinadas esferas da atividade humana e da comunicação. Em cada campo existem e são empregados gêneros que correspondem às condições específicas de dado campo; é a esses gêneros que correspondem determinados estilos. Uma determinada função (científica, técnica, publicística, oficial, cotidiana) e determinadas condições de comunicação discursiva, específicas de cada campo, geram determinados gêneros, isto é, determinados tipos de enunciados estilísticos, temáticos e composicionais relativamente estáveis. O estilo é indissociável de determinadas unidades temáticas e – o que é de especial importância – de determinadas unidades composicionais: de determinados tipos de construção do conjunto, de tipos do seu acabamento, de tipos da relação do falante com outros participantes da comunicação discursiva – com os ouvintes, os leitores, os parceiros, o discurso do outro, etc. O estilo integra a unidade de gênero do enunciado como seu elemento. Isto não significa, evidentemente, que o estilo de linguagem não possa se tornar objeto de um estudo especial independente. Semelhante estudo, ou seja, a estilística da língua como disciplina autônoma, também é possível e necessário. No entanto, esse estudo só será correto e eficaz se levar permanentemente em conta a natureza do gênero dos estilos lingüísticos e basear-se no estudo prévio das modalidades de gêneros do discurso. Até hoje a estilística da língua tem sido desprovida de semelhante base. Daí a sua fraqueza. Não existe uma classificação dos

estilos de linguagem que tenha reconhecimento geral. Os autores das classificações freqüentemente deturpam a principal exigência lógica da classificação – a unidade do fundamento. As classificações são sumamente pobres e não diferenciadas. Por exemplo, numa gramática acadêmica da língua russa recentemente publicada são apresentadas as seguintes variedades estilísticas da língua: o discurso do livro, o discurso popular, o discurso abstrato-científico, técnico-científico, jornalístico-publicístico, oficial, familiar cotidiano, discurso popular vulgar. Paralelamente a esses estilos de linguagem, figuram como modalidades estilísticas palavras dialéticas, palavras arcaicas, expressões profissionais. Semelhante classificação dos estilos é absolutamente casual, baseia-se em diferentes princípios (ou fundamentos) de divisão em estilos. Além disso, essa classificação é também pobre e pouco diferenciada*. Tudo isso é resultado direto da incompreensão da natureza de gênero dos estilos de linguagem e da ausência de uma classificação bem pensada dos gêneros discursivos por campos de atividade (bem como da distinção, muito importante para a estilística, entre gêneros primários e secundários).

A separação dos estilos em relação aos gêneros manifesta-se de forma particularmente nociva na elaboração de uma série de questões históricas. As mudanças históricas dos estilos de linguagem estão indissolúvelmente ligadas às mudanças dos gêneros do discurso. A linguagem literária é um sistema dinâmico e complexo de estilos de linguagem; o peso específico desses estilos e sua inter-relação no sistema da linguagem literária estão em mudança permanente. A linguagem da literatura, cuja composição é integrada pelos estilos da linguagem não literária, é um sistema ainda mais complexo e organizado em outras bases. Para entender a complexa dinâmica histórica desses sistemas, para passar da descrição simples (e superficial na maioria dos casos) dos estilos que estão presentes e se alternam para a explicação histórica dessas mudanças faz-se necessária uma elaboração especial da história dos gêneros discursivos

▼
* Classificações igualmente pobres, vagas e sem um fundamento bem pensado dos estilos de linguagem são apresentadas por A. N. Gvózdiev em seu livro *Ensaio de estilo da língua russa* (Moscou, 1952, pp. 13-5). Essas classificações se baseiam numa assimilação acrítica das noções tradicionais de estilos de linguagem. (N. da ed. russa.)

(tanto primários quanto secundários), que refletem de modo mais imediato, preciso e flexível todas as mudanças que transcorrem na vida social. Os enunciados e seus tipos, isto é, os gêneros discursivos, são correias de transmissão entre a história da sociedade e a história da linguagem. Nenhum fenômeno novo (fonético, léxico, gramatical) pode integrar o sistema da língua sem ter percorrido um complexo e longo caminho de experimentação e elaboração de gêneros e estilos*.

Em cada época de evolução da linguagem literária, o tom é dado por determinados gêneros do discurso, e não só gêneros secundários (literários, publicísticos, científicos) mas também primários (determinados tipos de diálogo oral – de salão, íntimo, de círculo, familiar-cotidiano, sociopolítico, filosófico, etc.). Toda ampliação da linguagem literária à custa das diversas camadas extraliterárias da língua nacional está intimamente ligada à penetração da linguagem literária em todos os gêneros (literários, científicos, publicísticos, de conversação, etc.), em maior ou menor grau, também dos novos procedimentos de gênero de construção do todo discursivo, do seu acabamento, da inclusão do ouvinte ou parceiro, etc., o que acarreta uma reconstrução e uma renovação mais ou menos substancial dos gêneros do discurso. Quando recorreremos às respectivas camadas não literárias da língua nacional estamos recorrendo inevitavelmente também aos gêneros do discurso em que se realizam essas camadas. Trata-se, na maioria dos casos, de diferentes tipos de gêneros de conversação e diálogo; daí a dialogização mais ou menos brusca dos gêneros secundários, o enfraquecimento de sua composição monológica, a nova sensação do ouvinte como parceiro-interlocutor, as novas formas de conclusão do todo, etc. Onde há estilo há gênero. A passagem do estilo de um gênero para outro não só modifica o som do estilo nas condições do gênero que não lhe é próprio como destrói ou renova tal gênero.

Desse modo, tanto os estilos individuais quanto os da língua satisfazem aos gêneros do discurso. Um estudo mais profundo e amplo des-



* Essa nossa tese nada tem a ver com a de Vossler acerca do primado do estilístico sobre o gramático. Nossa exposição subsequente o mostrará com plena clareza. (N. da ed. russa.)

tes é absolutamente indispensável para uma elaboração eficaz de todas as questões da estilística.

Contudo, tanto a questão metodológica de princípio quanto a questão geral relativa às relações recíprocas do léxico com a gramática, por um lado, e com a estilística, por outro, baseiam-se no mesmo problema do enunciado e dos gêneros do discurso.

A gramática (e o léxico) se distingue substancialmente da estilística (alguns chegam até a colocá-la em oposição à estilística), mas ao mesmo tempo nenhum estudo de gramática (já nem falo de gramática normativa) pode dispensar observações e incursões estilísticas. Em toda uma série de casos é como se fosse obliterada a fronteira entre a gramática e a estilística. Há fenômenos que uns estudiosos relacionam ao campo da gramática, outros, ao campo da estilística. Um deles é o sintagma.

Pode-se dizer que a gramática e a estilística convergem e divergem em qualquer fenômeno concreto de linguagem: se o examinamos apenas no sistema da língua estamos diante de um fenômeno gramatical, mas se o examinamos no conjunto de um enunciado individual ou do gênero discursivo já se trata de fenômeno estilístico. Porque a própria escolha de uma determinada forma gramatical pelo falante é um ato estilístico. Mas esses dois pontos de vista sobre o mesmo fenômeno concreto da língua não devem ser mutuamente impenetráveis nem simplesmente substituir mecanicamente um ao outro, devendo, porém, combinar-se organicamente (na sua mais precisa distinção metodológica) com base na unidade real do fenômeno da língua. Só uma concepção profunda da natureza do enunciado e das peculiaridades dos gêneros discursivos pode assegurar a solução correta dessa complexa questão metodológica.

O estudo da natureza dos enunciados e dos gêneros discursivos é, segundo nos parece, de importância fundamental para superar as concepções simplificadas da vida do discurso, do chamado “fluxo discursivo”, da comunicação, etc., daquelas concepções que ainda dominam a nossa lingüística. Além do mais, o estudo do enunciado como *unidade real da comunicação discursiva* permitirá compreender de modo mais correto também a natureza das unidades da língua (enquanto sistema) – as palavras e orações.

É para essa questão mais geral que passamos agora.

2. O ENUNCIADO COMO UNIDADE DA COMUNICAÇÃO DISCURSIVA. DIFERENÇA ENTRE ESSA UNIDADE E AS UNIDADES DA LÍNGUA (PALAVRAS E ORAÇÕES)

A lingüística do século XIX, a começar por Wilhelm Humboldt, sem negar a função comunicativa da linguagem, procurou colocá-la em segundo plano, como algo secundário; promovia-se ao primeiro plano a função da formação do pensamento, *independente da comunicação*. Daí a famosa fórmula de Humboldt: “Sem fazer nenhuma menção à necessidade de comunicação entre os homens, a língua seria uma condição indispensável do pensamento para o homem *até mesmo na sua eterna solidão*.”* Outros, por exemplo os partidários de Vossler, colocavam em primeiro plano a chamada função expressiva. A despeito de toda a diferença na concepção dessa função por teóricos particulares, sua essência se resume à expressão do mundo individual do falante. A língua é deduzida da necessidade do homem de auto-expressar-se, de objetivar-se. A essência da linguagem nessa ou naquela forma, por esse ou aquele caminho se reduz à criação espiritual do indivíduo. Propunham-se e ainda se propõem variações um tanto diferentes das funções da linguagem, mas permanece característico, senão o pleno desconhecimento, ao menos a subestimação da função comunicativa da linguagem; a linguagem é considerada do ponto de vista do falante, como que de *um falante sem a relação necessária com outros* participantes da comunicação discursiva. Se era levado em conta o papel do outro, era apenas como papel de ouvinte que apenas compreende passivamente o falante. O enunciado satisfaz ao seu objeto (isto é, ao conteúdo do pensamento enunciado) e ao próprio enunciatador. Em essência, a língua necessita apenas do falante – de um falante – e do objeto da sua fala, se neste caso a língua pode servir ainda como meio de comunicação, pois essa é a sua função secundária, que não afeta a sua essência. Um grupo lingüístico, a multiplicidade de falantes evidentemente não pode ser ignorada de maneira nenhuma quando se fala da língua; no entanto, quando se define a

essência da língua, esse momento não se torna necessário e determinante da natureza da língua. Às vezes o grupo lingüístico é visto como uma certa personalidade coletiva, “o espírito do povo”, etc., e se lhe dá grande importância (entre os representantes da “psicologia dos povos”), mas também neste caso a multiplicidade de falantes, dos outros em relação a cada falante dado, carece de substancialidade.

Até hoje ainda existem na lingüística *ficções* como o “ouvinte”* e o “entendedor” (parceiros do “falante”, do “fluxo único da fala”, etc.). Tais ficções dão uma noção absolutamente deturpada do processo complexo e amplamente ativo da comunicação discursiva. Nos cursos de lingüística geral (inclusive em alguns tão sérios quanto o de Saussure⁴), aparecem com frequência representações evidentemente esquemáticas dos dois parceiros da comunicação discursiva – o falante e o ouvinte (o receptor do discurso); sugere-se um esquema de processos ativos de discurso no falante e de respectivos processos passivos de recepção e compreensão do discurso no ouvinte. Não se pode dizer que esses esquemas sejam falsos e que não correspondam a determinados momentos da realidade; contudo, quando passam ao objetivo real da comunicação discursiva eles se transformam em ficção científica. Neste caso, o ouvinte, ao perceber e compreender o significado (lingüístico) do discurso, ocupa simultaneamente em relação a ele uma ativa posição responsiva: *concorda ou discorda dele (total ou parcialmente), completa-o, aplica-o, prepara-se para usá-lo, etc.*; essa posição responsiva do ouvinte se forma ao longo de todo o processo de audição e compreensão desde o seu início, às vezes literalmente a partir da primeira palavra do falante. Toda compreensão da fala viva, do enunciado vivo é de natureza ativamente responsiva (embora o grau desse ativismo seja bastante diverso); toda compreensão é prenhe de resposta, e nessa ou naquela forma a gera obrigatoriamente: o ouvinte se torna falante. A compreensão passiva do significado do discurso ouvido é apenas um momento abstrato da compreensão ativamente responsiva real e plena, que se atualiza na subsequente resposta em voz real alta. É claro que nem sempre ocorre

* Humboldt, Wilhelm. *Sobre a diferença entre os organismos da linguagem humana e a influência dessa diferença no desenvolvimento mental da humanidade*. São Petersburgo, 1859, p. 51. (N. da ed. russa.)

* *Slúchatiel*, derivado de *slúchat* (ouvir); *ponimáiuschi*, derivado de *ponimát*, entender, compreender. (N. do T.)

imediatamente a seguinte resposta em voz alta ao enunciado logo depois de pronunciado: a compreensão ativamente responsiva do ouvido (por exemplo, de uma ordem militar) pode realizar-se imediatamente na ação (o cumprimento da ordem ou comando entendidos e aceitos para execução), pode permanecer de quando em quando como compreensão responsiva silenciosa (alguns gêneros discursivos foram concebidos apenas para tal compreensão, por exemplo, os gêneros líricos), mas isto, por assim dizer, é uma compreensão responsiva de efeito retardado: cedo ou tarde, o que foi ouvido e ativamente entendido responde nos discursos subseqüentes ou no comportamento do ouvinte. Os gêneros da complexa comunicação cultural, na maioria dos casos, foram concebidos precisamente para essa compreensão ativamente responsiva de efeito retardado. Tudo o que aqui dissemos refere-se igualmente, *mutatis mutandis*, ao discurso escrito e ao lido.

Portanto, toda compreensão plena real é ativamente responsiva e não é senão uma fase inicial preparatória da resposta (seja qual for a forma em que ela se dê). O próprio falante está determinado precisamente a essa compreensão ativamente responsiva: ele não espera uma compreensão passiva, por assim dizer, que apenas dobre o seu pensamento em voz alheia, mas uma resposta, uma concordância, uma participação, uma objeção, uma execução, etc. (os diferentes gêneros discursivos pressupõem diferentes diretrizes de objetivos, projetos de discurso dos falantes ou escreventes). O empenho em tornar inteligível a sua fala é apenas o momento abstrato do projeto concreto e pleno de discurso do falante. Ademais, todo falante é por si mesmo um respondente em maior ou menor grau: porque ele não é o primeiro falante, o primeiro a ter violado o eterno silêncio do universo, e pressupõe não só a existência do sistema da língua que usa mas também de alguns enunciados antecedentes – dos seus e alheios – com os quais o seu enunciado entra nessas ou naquelas relações (baseia-se neles, polemiza com eles, simplesmente os pressupõe já conhecidos do ouvinte). Cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados.

Desse modo, o ouvinte com sua compreensão passiva, que é representado como parceiro do falante nos desenhos esquemáticos das lingüísticas gerais, não corresponde ao participante real da comunicação discursiva. Aquilo que o esquema representa é apenas um momento abs-

trato do ato pleno e real de compreensão ativamente responsiva, que gera a resposta (a que precisamente visa o falante). Por si mesma, essa abstração científica é perfeitamente justificada, mas sob uma condição: a de ser nitidamente compreendida apenas como abstração e não ser apresentada como fenômeno pleno concreto e real; caso contrário, ela se transforma em ficção. É exatamente o que acontece na lingüística, uma vez que esses esquemas abstratos, mesmo não sendo apresentados diretamente como reflexo da comunicação discursiva real, tampouco são completados por alusões a uma maior complexidade do fenômeno real. Como resultado, o esquema deforma o quadro real da comunicação discursiva, suprimindo dela precisamente os momentos mais substanciais. Desse modo, o papel ativo do *outro* no processo de comunicação discursiva sai extremamente enfraquecido.

O mesmo desconhecimento do papel ativo do outro no processo da comunicação discursiva e o empenho de contornar inteiramente esse processo manifestam-se no uso impreciso e ambíguo de termos como “fala” ou “fluxo da fala”. Esses termos deliberadamente imprecisos habitualmente deveriam designar aquilo que é submetido a uma divisão em unidades da língua, concebidas como cortes desta: unidades fônicas (fonema, sílaba, cadência da fala) e significativas (oração e palavra). “O fluxo da fala se desintegra...”, “nossa fala se divide...” – é assim que nos cursos gerais de lingüística e gramática, bem como nos estudos especiais de fonética e lexicologia, costumam introduzir as partes dedicadas ao estudo das respectivas unidades da língua. Infelizmente, até a nossa gramática acadêmica recentemente lançada emprega o mesmo termo indefinido e ambíguo “nossa fala”. Veja-se como se introduz a respectiva parte da fonética: “*Nossa fala* se divide antes de tudo em orações, que por sua vez podem decompor-se em combinações de palavras e palavras. As palavras se dividem nitidamente em unidades fônicas mínimas – as *sílabas*... As sílabas se dividem em sons particulares da fala ou fonemas...”*

O que vem a ser “fluxo da fala”, “nossa fala”? Qual é a sua extensão? Terão princípio e fim? Se têm duração indefinida, que corte deles

▼

* *Gramática da língua russa*, p. 1, Moscou, 1952, p. 51. (N. da ed. russa.)

nós tomamos para dividi-lo em unidades? A respeito de todas essas questões reinam a plena indefinição e a reticência. A *palavra* indefinida *rietch* (“fala, [discurso]”), que pode designar linguagem, processo de discurso, ou seja, o falar, um enunciado particular ou uma série indefinidamente longa de enunciados e um determinado gênero discursivo (“ele pronunciou um *rietch* [discurso]”), até hoje não foi transformada pelos lingüistas em um *termo* rigorosamente limitado pela significação e definido (definível) (fenômenos análogos ocorrem também em outras línguas). Isto se deve à quase completa falta de elaboração do problema do enunciado e dos gêneros do discurso e, conseqüentemente, da comunicação discursiva. Quase sempre se verifica o jogo confuso com todas essas significações (exceto com a última). Mais amiúde subentende-se por “nossa fala” qualquer enunciado de qualquer pessoa; além do mais, essa compreensão nunca é sustentada até o fim*.

Entretanto, se é indefinido e vago o que dividem e decompõem em unidades da língua, nestas também se introduzem a indefinição e a confusão.

A indefinição terminológica e a confusão em um ponto metodológico central no pensamento lingüístico são o resultado do desconhecimento da *real unidade* da comunicação discursiva – o enunciado. Porque o discurso só pode existir de fato na forma de enunciações concretas de determinados falantes, sujeitos do discurso. O discurso sempre está fundido em forma de enunciado pertencente a um determinado sujeito do discurso, e fora dessa forma não pode existir. Por mais diferentes que sejam as enunciações pelo seu volume, pelo conteúdo, pela construção composicional, elas possuem como unidades da comunicação discursiva peculiaridades estruturais comuns, e antes de tudo *limi-*

▼

* Aliás nem há como sustentá-la. Uma enunciação como “Ah!” (réplica de um diálogo) não pode ser dividida em orações, combinações de palavras, sílabas. Conseqüentemente, nem toda enunciação serve. Demais, dividem a enunciação (a fala) e chegam a unidades da língua. Com muita freqüência a oração é definida como o enunciado mais simples, logo, já não pode ser uma unidade da enunciação. Pressupõe-se em silêncio a fala de um falante, desprezando-se os sons harmônicos dialógicos. Em comparação com os limites dos enunciados, todos os demais limites (entre orações, combinações de palavras, sintagmas, palavras) são relativos e convencionais. (N. da ed. russa.)

tes absolutamente precisos. Esses limites, de natureza especialmente substancial e de princípio, precisam ser examinados minuciosamente.

Os limites de cada enunciado concreto como unidade da comunicação discursiva são definidos pela *alternância dos sujeitos do discurso*, ou seja, pela alternância dos falantes. Todo enunciado – da réplica sucinta (monovocal) do diálogo cotidiano ao grande romance ou tratado científico – tem, por assim dizer, um princípio absoluto e um fim absoluto: antes do seu início, os enunciados de outros; depois do seu término, os enunciados responsivos de outros (ou ao menos uma compreensão ativamente responsiva silenciosa do outro ou, por último, uma ação responsiva baseada nessa compreensão). O falante termina o seu enunciado para passar a palavra ao outro ou dar lugar à sua compreensão ativamente responsiva. O enunciado não é uma unidade convencional, mas uma unidade real, precisamente delimitada da alternância dos sujeitos do discurso, a qual termina com a transmissão da palavra ao outro, por mais silencioso que seja o “dixi” percebido pelos ouvintes [como sinal] de que o falante terminou.

Essa alternância dos sujeitos do discurso, que cria limites precisos do enunciado nos diversos campos da atividade humana e da vida, dependendo das diversas funções da linguagem e das diferentes condições e situações de comunicação, é de natureza diferente e assume formas várias. Observamos essa *alternância dos sujeitos do discurso de modo mais simples e evidente no diálogo real*, em que se alternam as enunciações dos interlocutores (parceiros do diálogo), aqui denominadas *réplicas*. Por sua precisão e simplicidade, o diálogo é a forma clássica de comunicação discursiva. Cada réplica, por mais breve e fragmentária que seja, possui uma conclusibilidade específica ao exprimir certa posição do falante que suscita resposta, em relação à qual se pode assumir uma posição responsiva. Essa conclusibilidade específica do enunciado será objeto de nosso exame posterior (trata-se de um dos traços fundamentais do enunciado). Ao mesmo tempo, as réplicas são interligadas. Mas aquelas relações que existem entre as réplicas do diálogo – as relações de pergunta-resposta, afirmação-objeção, afirmação-concordância, proposta-aceitação, ordem-execução, etc. – são impossíveis entre unidades da língua (palavras e orações), quer no sistema da língua (no corte vertical), quer no interior do enunciado (no corte horizontal). Essas rela-

ções específicas entre as réplicas do diálogo são apenas modalidades das relações específicas entre as enunciações plenas no processo de comunicação discursiva. Essas relações só são possíveis entre enunciações de diferentes sujeitos do discurso, pressupõem *outros* (em relação ao falante) membros da comunicação discursiva. Essas relações entre enunciações plenas não se prestam à gramaticalização, uma vez que, reiteremos, não são possíveis entre unidades da língua, e isso tanto no sistema da língua quanto no interior do enunciado.

Nos gêneros secundários do discurso, particularmente nos retóricos, encontramos fenômenos que parecem contrariar essa nossa tese. Muito amiúde o falante (ou quem escreve) coloca questões no âmbito do seu enunciado, responde a elas mesmas, faz objeções a si mesmo e refuta suas próprias objeções, etc. Mas esses fenômenos não passam de representação convencional da comunicação discursiva nos gêneros primários do discurso. Essa representação caracteriza os gêneros retóricos (*lato sensu*, incluindo algumas modalidades de popularizações científicas), contudo todos os outros gêneros secundários (artísticos e científicos) se valem de diferentes formas de introdução, na construção do enunciado, dos gêneros de discurso primários e relações entre eles (note-se que aqui eles sofrem transformações de diferentes graus, uma vez que não há uma alternância real de sujeitos do discurso). É essa a natureza dos gêneros secundários*. Entretanto, em todas essas manifestações, as relações entre gêneros primários reproduzidos, ainda que eles estejam no âmbito de um enunciado, não se prestam à gramaticalização e conservam a sua natureza específica essencialmente distinta da [natureza] das relações entre as palavras e orações (e outras unidades da língua – grupos de palavras, etc.) dentro do enunciado.

Aqui, com base no material do diálogo e das suas réplicas, é necessário abordar previamente o problema da *oração* como *unidade da língua* em sua distinção em face do *enunciado* como *unidade da comunicação discursiva*. (A questão da natureza da oração é uma das mais complexas e difíceis na lingüística. A luta de opiniões em torno dessa questão continua em nossa ciência até os dias de hoje. Não é tarefa nossa, eviden-

temente, revelar essa questão em toda a sua complexidade; nossa intenção é abordar apenas um aspecto, mas tal aspecto nos parece de importância substancial para toda a questão. Para nós importa definir com precisão a *relação da oração com o enunciado*. Isto ajudará a elucidar com mais clareza o enunciado, de um lado, e a oração, de outro.)

Posteriormente trataremos dessa questão, por ora observamos apenas que os limites da oração enquanto unidade da língua nunca são determinados pela alternância de sujeitos do discurso. Essa alternância, que emoldura a oração de ambos os lados, converte-a em um enunciado pleno. Essa oração assume novas qualidades e é percebida de modo inteiramente diverso de como é percebida a oração emoldurada por outras orações no contexto de um enunciado desse ou daquele falante. *A oração é um pensamento relativamente acabado, imediatamente correlacionado com outros pensamentos do mesmo falante no conjunto do seu enunciado; ao término da oração, o falante faz uma pausa para passar em seguida ao seu pensamento subsequente, que dá continuidade, completa e fundamenta o primeiro.* O contexto da oração é o contexto da fala do mesmo sujeito do discurso (falante); a oração não se correlaciona de imediato nem pessoalmente com o contexto extraverbal da realidade (a situação, o ambiente, a pré-história) nem com as enunciações de outros falantes, mas tão-somente através de todo o contexto que a rodeia, isto é, através do enunciado em seu conjunto. Se, porém, a oração não está cercada pelo contexto do discurso do mesmo falante, ou seja, se ela é um enunciado pleno e acabado (uma réplica do diálogo), então ela estará imediatamente (e individualmente) diante da realidade (do contexto extraverbal do discurso) e de outras enunciações *dos outros*; depois destas já não vem a pausa, que é definida e assimilada pelo próprio falante (pausas de toda espécie, como manifestações gramaticais calculadas e assimiladas, só são possíveis dentro do discurso de um falante, isto é, dentro de um enunciado; as pausas entre as enunciações não são, evidentemente, de natureza gramatical e sim real; essas pausas reais – psicológicas ou suscitadas por essas ou aquelas circunstâncias externas – podem destruir também um enunciado; nos gêneros artístico-literários secundários, tais pausas são levadas em conta pelo artista, o diretor de cena, o ator, mas elas são diferentes por princípio tanto das pausas gramaticais quanto das pausas estilísticas – por exemplo, entre



* As cicatrizes dos limites estão nos gêneros secundários. (N. da ed. russa.)

os sintagmas – no interior do enunciado); depois delas espera-se uma resposta ou uma compreensão responsiva de outro falante. Semelhante oração, tornada enunciado pleno, ganha uma validade semântica especial: em relação a ela pode-se ocupar uma posição responsiva, com ela se pode concordar ou discordar, executá-la, avaliá-la, etc.; no contexto, a oração carece de capacidade de determinar a resposta; ela ganha essa capacidade (ou melhor, familiariza-se com ela) apenas no conjunto do enunciado.

Todas essas qualidades e peculiaridades absolutamente novas pertencem não à própria oração, que se tornou enunciado pleno, mas precisamente ao enunciado, traduzindo a natureza dele e não a natureza da oração: elas se incorporam à oração completando-a até torná-la enunciado pleno. A oração enquanto unidade da língua carece de todas essas propriedades: não é delimitada de ambos os lados pela alternância dos sujeitos do discurso, não tem contato imediato com a realidade (com a situação extraverbal) nem relação imediata com enunciados alheios, não dispõe de plenitude semântica nem capacidade de determinar imediatamente a posição responsiva do *outro* falante, isto é, de suscitar resposta. A oração enquanto unidade da língua tem natureza gramatical, fronteiras gramaticais, lei gramatical e unidade. (Examinada em um enunciado pleno e do ponto de vista desse todo, ela adquire propriedades estilísticas.) Onde a oração figura como um enunciado pleno ela aparece colocada em uma moldura de material de natureza diversa. Quando esquecemos esse pormenor na análise de uma oração, deturpamos a sua natureza (e ao mesmo tempo também a natureza do enunciado, gramaticalizando-o). Muitos lingüistas e correntes lingüísticas (no campo da sintaxe) são prisioneiros dessa confusão, e o que estudam como oração é, no fundo, algum *híbrido* de oração (de unidade da língua) e de enunciado (de unidade da comunicação discursiva). Não se intercambiam orações como se intercambiam palavras (em rigoroso sentido lingüístico) e grupos de palavras; intercambiam-se enunciados que são construídos com o auxílio das unidades da língua: palavras, combinações de palavras, orações; ademais, o enunciado pode ser construído a partir de uma oração, de uma palavra, por assim dizer, de uma unidade do discurso (predominantemente de uma réplica do diálogo), mas isso não leva uma unidade da língua a transformar-se em unidade da comunicação discursiva.

A ausência de uma teoria elaborada do enunciado como unidade da comunicação discursiva redundava em uma distinção imprecisa da oração e do enunciado e freqüentemente total confusão dos dois.

Voltemos ao diálogo real. Como já dissemos, trata-se da forma mais simples e clássica de comunicação discursiva. A alternância dos sujeitos do discurso (falantes), que determina os limites dos enunciados, está aqui representada com excepcional evidência. Contudo, em outros campos da comunicação discursiva, inclusive nos campos da comunicação cultural (científica e artística) complexamente organizada, a natureza dos limites do enunciado é a mesma.

Complexas por sua construção, as obras especializadas dos diferentes gêneros científicos e artísticos, a despeito de toda a diferença entre elas e as réplicas do diálogo, também são, pela própria natureza, unidades da comunicação discursiva: também estão nitidamente delimitadas pela alternância dos sujeitos do discurso, cabendo observar que essas fronteiras, ao conservarem a sua *precisão* externa, adquirem um caráter interno graças ao fato de que o sujeito do discurso – neste caso o *autor* de uma obra – aí revela a sua individualidade no estilo, na *visão de mundo*, em todos os elementos da idéia de sua obra. Essa marca da individualidade, jacente na obra, é o que cria princípios interiores específicos que a separam de outras obras a ela vinculadas no processo de comunicação discursiva de um dado campo cultural: das obras dos predecessores nas quais o autor se baseia, de outras obras da mesma corrente, das obras das correntes hostis combatidas pelo autor, etc.

A obra, como a réplica do diálogo, está disposta para a resposta do outro (dos outros), para a sua ativa compreensão responsiva, que pode assumir diferentes formas: influência educativa sobre os leitores, sobre suas convicções, respostas críticas, influência sobre seguidores e continuadores; ela determina as posições responsivas dos outros nas complexas condições de comunicação discursiva de um dado campo da cultura. A obra é um elo na cadeia da comunicação discursiva; como a réplica do diálogo, está vinculada a outras obras – enunciados: com aquelas às quais ela responde, e com aquelas que lhe respondem; ao mesmo tempo, à semelhança da réplica do diálogo, ela está separada daquelas pelos limites absolutos da alternância dos sujeitos do discurso.

Desse modo, a alternância dos sujeitos do discurso, que emoldura o enunciado e cria para ele a massa firme, rigorosamente delimitada

dos outros enunciados a ele vinculados, é a primeira peculiaridade constitutiva do enunciado como unidade da comunicação discursiva, que o distingue da unidade da língua. Passemos à segunda peculiaridade do enunciado, intimamente vinculada à primeira. Essa segunda peculiaridade é a *conclusibilidade* específica do enunciado. A conclusibilidade do enunciado é uma espécie de aspecto interno da alternância dos sujeitos do discurso; essa alternância pode ocorrer precisamente porque o falante disse (ou escreveu) *tudo* o que quis dizer em dado momento ou sob dadas condições. Quando ouvimos ou vemos, percebemos nitidamente o fim do enunciado, como se ouvíssemos o “dixi” conclusivo do falante. Essa conclusibilidade é específica e determinada por categorias específicas. O primeiro e mais importante critério de conclusibilidade do enunciado é a possibilidade de *responder a ele*, em termos mais precisos e amplos, de ocupar em relação a ele uma posição responsiva (por exemplo, *cumprir uma ordem*). A esse critério corresponde também a pergunta sucinta do cotidiano, por exemplo, “Que horas são?” (a ele pode-se responder), e o pedido cotidiano que pode ser cumprido ou descumprido, o discurso científico com o qual podemos concordar ou não concordar (inteiramente ou em parte), e o romance ficcional, que pode ser avaliado no seu conjunto. Alguma conclusibilidade é necessária para que se possa responder ao enunciado. Para isso não basta que o enunciado seja compreendido no sentido *de língua*. Uma oração absolutamente compreensível e acabada, se é oração e não enunciado constituído por uma oração, não pode suscitar atitude responsiva*: isso é compreensível mas ainda não é *tudo*. Esse *tudo* – indício da *inteireza* do enunciado – não se presta a uma definição nem gramática nem abstrato-semântica.

Essa inteireza acabada do enunciado, que assegura a possibilidade de resposta (ou de compreensão responsiva), é determinada por três ele-

▼

* Bakhtin emprega o termo “reação responsiva” (*otviétmaia redktsiya*). Em russo, como nas línguas latinas (a palavra em russo é uma apropriação do latim), reação (*redktsiya*) e resposta (*otviét*) são sinônimos, mas à primeira vista, no plano superficial, não criam redundância. Já em português sua contigüidade cria uma redundância meio estranha, razão por que resolvi substituir reação responsiva por atitude responsiva, já que a substituição conserva plenamente o sentido do conceito bakhtiniano. (N. do T.)

mentos (ou fatores) intimamente ligados no todo orgânico do enunciado: 1) exauribilidade do objeto e do sentido; 2) projeto de discurso ou vontade de discurso do falante; 3) formas típicas composicionais e de gênero do acabamento.

O primeiro elemento – a exauribilidade semântico-objetual do tema do enunciado – é profundamente diverso nos diferentes campos da comunicação discursiva. Essa exauribilidade pode ser quase extremamente plena em alguns campos da vida (as questões de natureza puramente factual, bem como as respostas factuais a elas, os pedidos, as ordens, etc.), em alguns campos oficiais, no campo das ordens militares e produtivas, isto é, naqueles campos em que os gêneros do discurso são de natureza sumamente padronizada e o elemento criativo está ausente quase por completo. Nos campos da criação (particularmente no científico, evidentemente), ao contrário, só é possível uma única exauribilidade semântico-objetual muito relativa; aqui só se pode falar de um mínimo de acabamento, que permite ocupar uma posição responsiva. O objeto é objetivamente inexaurível, mas ao se tornar *tema* do enunciado (por exemplo, de um trabalho científico) ele ganha uma relativa conclusibilidade em determinadas condições, em certa situação do problema, em um dado material, em determinados objetivos colocados pelo autor; isto é, já no âmbito de uma idéia *definida do autor*. Desse modo, deparamo-nos inevitavelmente com o elemento que está intimamente ligado ao primeiro.

Em cada enunciado – da réplica monovocal do cotidiano às grandes e complexas obras de ciência ou de literatura – abrangemos, interpretamos, sentimos a *intenção discursiva* de discurso ou a *vontade discursiva* do falante, que determina o todo do enunciado, o seu volume e as suas fronteiras. Imaginamos o que o falante *quer dizer*, e com essa idéia verbalizada, essa vontade verbalizada (como a entendemos) é que medimos a conclusibilidade do enunciado. Essa idéia determina tanto a própria escolha do objeto (em certas condições de comunicação discursiva, na relação necessária com os enunciados antecedentes) quanto os seus limites e a sua exauribilidade semântico-objetual. Ele determina, evidentemente, também a escolha da forma do gênero na qual será constituído o enunciado (já se trata do terceiro elemento que abordaremos adiante). Essa idéia – momento subjetivo do enunciado – se combina